

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO**  
2 **CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA DIA**  
3 **TRINTA E UM DE OUTUBRO DE 2014, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**  
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 09h40min.**  
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): Lucidalva Barreto dos  
6 Santos (representante da sociedade civil – Núcleo dos Assistentes Sociais - titular); Severina Alda  
7 Aguiar (representante da sociedade civil – Núcleo de Assistentes Sociais – suplente); Valdir Pereira  
8 da Silva (representante do governo - SEMDESC); Maria Martins Silva Gomes (representante da  
9 sociedade civil – Natal Justino da Costa); Júnia Graciele Ribeiro Mendes (representante do governo  
10 - SESAU) Eudes Barbosa da Costa (representante do governo - Gabinete), Maria Abadia Valadão  
11 dos Santos (representante do governo – SEMED) e Neuzira Cardoso Otoni (representante da  
12 sociedade civil – Psicólogos). Ainda presentes, Isabel Aparecida Cruz Randi, técnica da SEMDESC  
13 e Larissa Carolina de Barros Menezes. Lucidalva iniciou a reunião agradecendo a presença de  
14 todos, explicando o caráter extraordinário da reunião, a qual foi convocada com vista à apreciação  
15 da prestação de contas do cofinanciamento estadual – Piso Mineiro - 2013. Explicou ainda, que foi  
16 composta uma comissão temporária para a análise do documento, vez que os membros que  
17 compõem a comissão destinada a este fim não puderam reunir-se. Dessa forma reuniram-se os  
18 conselheiros Severina Alda, Valdir e a própria presidente. Passou assim a leitura da ata de reunião  
19 da referida comissão. Após a leitura Lucidalva salientou pontos que foram analisados, os quais  
20 referem-se ao fato de o recurso não ter sido utilizado no exercício de 2013, o que causa  
21 preocupação, vez que os serviços foram prejudicados, incluindo o serviço de acolhimento na  
22 modalidade Casa Lar, o qual sofreu graves prejuízos por falta de recursos suficientes para sua  
23 manutenção. Informou que a funcionária responsável pela prestação de contas, Kassiry Fontanelli,  
24 foi cedida pela Prefeitura Municipal para realização da mesma, no entanto a mesma não  
25 acompanhou a execução do exercício. Outra questão apontada é que o gestor no documento justifica  
26 a não utilização do recurso por problemas administrativos na Central de Compras da Prefeitura.  
27 Severina Alda reforçou sua preocupação frente às condições em que o CMAS vem atuando na  
28 apreciação e aprovação de documentos, os quais são entregues no último prazo, e que muitas vezes  
29 o Conselho aprova para não causar prejuízos ainda maiores para o município, e no entanto, a  
30 responsabilidade do conselheiro é imensa. Maria Abadia expôs preocupar-se com situações de  
31 problemas com relação à aplicação de recursos junto a Central de Compras, pois parece ser uma  
32 situação recorrente também em outras secretarias. Severina Alda pontuou que apesar de a Comissão  
33 posicionar-se a favor da aprovação da prestação de contas do Piso Mineiro 2013, seria necessário  
34 notificar o gestor da SEMDESC e o prefeito de que não serão admissíveis inoperâncias e  
35 negligências na aplicação de recursos. Lucidalva falou de sua decepção quanto a respostas que não  
36 tem chegado, vindas da administração, quando o Conselho assume seu papel de parceiro no

37 desenvolvimento da política pública, orientando e se colocando disposto a dialogar. Lamentou não  
38 estar havendo uma atuação conjunta e parceira. Salientou ainda, que a responsabilidade do  
39 Conselho é tanta que quando é detectada qualquer irregularidade ou impropriedade este é o primeiro  
40 a ser notificado. Eudes sugeriu que o documento a ser enviado ao gestor e ao prefeito incluía ainda a  
41 determinação de que seja disponibilizado um funcionário efetivo e permanente para realizar as  
42 prestações de contas, e ainda o acompanhamento da aplicação do recurso no decorrer do exercício.  
43 Sendo acatado pelos presentes. Após as discussões, passou-se a aprovação do Demonstrativo Anual  
44 Físico Financeiro da Execução da Receita e da Despesa - 2013, tendo sido aprovado da seguinte  
45 forma: Eudes (aprovou); Abadia (aprovou); Júnia (aprovou); Valdir (aprovou); Lucidalva  
46 (aprovou); Maria (aprovou); e Neuzira (aprovou). Em informes gerais, Lucidalva procedeu a leitura  
47 dos ofícios nº 2330, 5371 e 5401, enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à  
48 Fome – MDS / Fundo Nacional de Assistência Social, os quais apontavam inconsistências na  
49 prestação de contas do ano de 2012 e impropriedade na aplicação de recursos de cofinanciamento  
50 federal das Proteções Sociais Básica e Especial, referentes aos anos de 2006 e 2007. Os presentes  
51 ratificaram a responsabilidade dos conselheiros no desempenho de seu papel fiscalizador, pois as  
52 conseqüências são certas, independentemente do tempo decorrido. Lucidalva sugeriu o envio de  
53 notificação à administração solicitando a resolução dos problemas com a urgência necessária, vez  
54 que as correspondências referem-se a prazos a serem respeitados para a apresentação de  
55 justificativas e até mesmo a eminência de devolução de recursos. Sendo acatado por todos e ficando  
56 acordado ainda que o documento seja entregue pessoalmente. Em seguida Severina Alda fez  
57 considerações em relação a participação da Comissão de Acompanhamento das PCHs, em reunião  
58 em Belo Horizonte na semana anterior, com representantes do Conselho Estadual de Assistência  
59 Social – CEAS e representantes da PCH Unai Baixo. Falou que apesar de não perceber uma  
60 disposição dos representantes do CEAS em corroborar do posicionamento deste CMAS com relação  
61 a efetividade das ações desenvolvidas pela referida PCH junto a população, mantiveram a posição  
62 de defender que os interesses dos atingidos direta e indiretamente pelo empreendimento, não foram  
63 atendidos no desenvolvimento do Plano de Assistência Social – PAS. Lucidalva informou ainda que  
64 não tem a decisão da plenária do CEAS, a qual ocorreria no dia seguinte à citada reunião. Estiveram  
65 presentes, além da mesma, os conselheiros Eudes, Neuzira e Severina Alda. Em seguida Severina  
66 Alda falou da análise do PAS da PCH Bebedouro, o qual teria o prazo de até o dia três de  
67 novembro, próxima segunda-feira para manifestar-se junto ao CEAS, no entanto o prazo ficou  
68 pequeno diante a complexidade do documento. Após as discussões ficou agendada reunião para o  
69 dia três de novembro, no período da manhã, com os conselheiros Severina Alda, Neuzira, Lucidalva  
70 e Maria, e ainda com solicitação de prorrogação do prazo. Nada mais havendo a tratar, a presidente  
71 encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, e eu, Isabel Aparecida Cruz Randi, lavrei essa  
72 ata que será lida e aprovada por todos os presentes em reunião. **ENCERRAMENTO:11h25min.**